

ATIVISMO PELA IGUALDADE RACIAL NO BRASIL, COMUNICAÇÃO EM REDE E INTERNET: A AGÊNCIA DE NOTÍCIAS AFROPRESS¹

RACIAL EQUALITY ACTIVISM IN BRAZIL, COMMUNICATION VIA NETWORKS
AND INTERNET: AFROPRESS NEWS AGENCY

LESLIE SEDREZ CHAVES | DENISE COGO

leslie_chaves@yahoo.com.br | denisecogo2@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em ciências da Comunicação da Unisinos,
São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil

Resumo: O artigo tem como objetivo analisar os processos de constituição de redes sociocomunicacionais de ativismo dos movimentos sociais negros no Brasil relacionados às lutas por cidadania dos afro-brasileiros. Essas lutas culminaram recentemente com a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e das políticas públicas de ações afirmativas para ingresso nas universidades brasileiras. No âmbito desses processos, analisamos uma experiência contemporânea específica de atuação em rede do movimento negro desenvolvida pela Agência de Notícias Afropress. Propomos, inicialmente, retomar os processos históricos de desigualdade, resistência e mobilização das populações negras no Brasil, identificando a constituição de redes sociocomunicacionais de ativismo a partir dos usos que os movimentos negros fazem das tecnologias da informação e comunicação nas lutas por igualdade racial e cidadania de afrodescendentes no país. Em um segundo momento, na perspectiva dos estudos culturais latino-americanos, analisamos uma experiência específica de usos da internet pela Agência Afropress (www.afropress.com.br), que tem a comunicação em rede como estratégia principal de geração de fluxos comunicacionais para a construção e visibilidade das experiências socioculturais dos afro-brasileiros e das agendas de lutas pela igualdade racial. **Palavras chaves:** Afropress; afro-brasileiro; comunicação em rede; movimentos sociais negros; imprensa negra; Internet.

[01] O artigo traz os resultados de pesquisa de doutorado intitulada “Usos da internet nos movimentos sociais negros em rede na luta pela igualdade racial no Brasil: Estudo de caso da Agência Afropress”, de autoria Leslie Sedrez Chaves e sob a orientação de Denise Cogo. A pesquisa é desenvolvida, desde 2010, no grupo de pesquisa Mídia, Cultura e Cidadania (www.gpmidiacidadania.com) do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Brasil. A pesquisa proposta neste texto está sendo desenvolvida com o apoio de bolsa de estudos da Fundação CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Ministério da Educação do Brasil).

Abstract: The objective of this article is to analyze the processes of establishing activist social communication networks by black social movements in Brazil related to Afro-Brazilians' struggles for citizenship. Recently, these struggles have culminated in the approval of the Racial Equality Act and government affirmative action policies for Brazilian university admissions. Within the scope of these processes, we analyze a specific contemporary experiment in networking by the black movement, developed by Afropress news agency. Initially, we review historic processes of inequality, resistance and mobilization of black populations in Brazil, identifying the establishment of social-communication activist networks starting with the uses black movements make of information and communication technology in their struggles for racial equality and citizenship for Afro-Descendants in the country. Second, from a Latin American cultural studies perspective, we analyze a specific case of internet use by Afropress news agency (www.afropress.com.br), which uses network communication as its main strategy for generating communicative flows to build and add visibility to the socio-cultural experiences of Afro-Brazilians and the agendas of struggles for racial equality. **Keywords:** Afropress; Afro-Brazilian; communication in networks; black social movements; black press; Internet.

1. Introdução

O artigo tem como objetivo analisar os processos de constituição de redes socio-comunicacionais de ativismo dos movimentos sociais negros no Brasil relacionados às lutas por cidadania dos afro-brasileiros, as quais culminaram, recentemente, na aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e das políticas públicas de ações afirmativas para ingresso nas universidades brasileiras. No âmbito desses processos, analisamos uma experiência contemporânea específica de atuação em rede do movimento negro desenvolvida pela Agência de Notícias Afropress (<http://www.afropress.com.br>).

Na primeira parte do texto, é realizada uma breve contextualização da presença dos afrodescendentes no Brasil, através do resgate dos processos históricos de escravidão, de resistência, de desigualdades e mobilizações das populações negras no país. Identificamos, nesses processos, a constituição de redes socio-comunicacionais de ativismo afro-brasileiro desencadeadas pelos africanos escravizados através do tráfico negreiro e que se estendem contemporaneamente através dos usos que o movimento negro faz das tecnologias da comunicação para a construção e visibilidade públicas das lutas por igualdade racial e cidadania de afrodescendentes no país.

Em uma segunda parte do artigo, analisamos, através de um estudo de caso, uma experiência específica de comunicação em rede do movimento negro desenvolvida pela Agência de Notícias Afropress. A agência é uma das iniciativas pionei-

ras no Brasil que tem a comunicação em rede como estratégia principal de geração de fluxos comunicacionais para a construção e visibilidade das experiências socio-culturais dos afro-brasileiros e das agendas de lutas pela igualdade racial. No artigo, retomamos a trajetória de constituição e atuação da Agência de Notícias para desenvolvermos uma análise dos usos e apropriações da internet nas estratégias de comunicação em rede da Afropress. Nessa análise, focalizamos a cobertura dada pela Agência a um episódio específico de racismo de repercussão nacional que resultou no indiciamento criminal dos responsáveis pela agressão.

2. Metodologia

Na perspectiva dos estudos culturais latino-americanos (Jacks, 2009; Martín-Barbero, 2008, Orozco Gómez, 2010), buscamos analisar as apropriações e usos sociais da internet pelos movimentos negro brasileiro no contexto de reconfiguração das interações dos usuários com as mídias engendradas pela sociedade em rede e pela expansão e convergência das tecnologias da comunicação. Consideramos, conforme assinala Castells (2009), que as redes de comunicação são ativadas pelos sujeitos comunicativos que incidem, cada vez mais, tanto na determinação dos conteúdos como no destino das mensagens, atuando simultaneamente como produtores e receptores de fluxos de mensagens multidirecionais.

O que vem colaborando para intensificar a emergência de micropolíticas de intervenção comunicacional por parte de atores e movimentos sociais e impondo reorientações aos estudos de recepção, apropriações e usos das mídias, uma das principais vertentes dos estudos culturais latino-americanos. No marco dessas reorientações, Martín-Barbero (2008) postula para as pesquisas de recepção latino-americanas o deslocamento da análise do consumo ou da leitura dos meios para a análise dos processos de “empoderamento” ou de produção de “políticas do sujeito”, gestadas em experimentações com as tecnologias da comunicação, como a internet, a partir de processos de produção e publicação de conteúdo e de geração de intercâmbios e sociabilidades.

Esse postulado de Martín-Barbero nos orientou na construção de um percurso metodológico de caráter qualitativo para o estudo de caso dos usos e apropriações da internet pela Agência de Notícias Afropress como estratégia de geração de fluxos comunicacionais para a construção e visibilidade das experiências socioculturais dos afro-brasileiros e das agendas de lutas pela igualdade racial.

O estudo de caso abrangeu a observação e mapeamento de espaços da Agência de Notícias Afropress na internet (especialmente o site e as redes sociais), da observação não participante dos processos de produção da agência na sede da Afropress, na cidade de São Paulo, e a realização de entrevistas semi-estruturadas com o coordenador e alguns dos colaboradores da rede formada pela Agência de Notícias.

A observação e o mapeamento de espaços ocupados pela Agência de Notícias Afropress da internet foi iniciado em junho de 2010, através do acompanhamento diário do website da Agência e de seus sites em redes sociais como Facebook, Twitter e Youtube. A partir de julho de 2011, passaram a ser armazenadas semanalmente as visualizações da página principal, bem como a matéria de capa do dia. Também passaram a ser monitorados os demais espaços onde a Afropress está presente, como os blogs. O mapeamento consistiu na identificação das principais temáticas abordadas pela Agência no site e nos demais espaços da Afropress na internet, da frequência de atualizações, dos tipos de interações dos usuários, das informações e notícias publicadas que se tornaram mais polêmicas, e quais delas repercutiram em outros veículos de comunicação.

Nos meses de outubro de 2011 e novembro de 2012, foram realizadas duas observações dos processos de produção da Afropress em sua sede em São Paulo. Nesse período, foram realizadas, ainda, entrevistas semi-estruturadas com o editor-chefe da Afropress, e, via internet, com três dos colaboradores² mais assíduos da Agência, residentes em Londres, Nova Iorque e Maceió, cidade situada no nordeste do Brasil. Também foram entrevistados jornalistas³ ligados a diferentes tipos de mídias e setores da sociedade que têm contato com o trabalho da Afropress cotidianamente, seja para agendamento dos veículos de comunicação do qual fazer parte, seja para troca de informações com a Agência.

O processo de coleta de dados nos possibilitou evidenciar que a cobertura de um episódio relacionado à luta por igualdade racial no Brasil assumiu grande repercussão pública, provocando um fluxo de agendamento por parte de outras mídias nacionais, intensificando as dinâmicas de interação dos usuários do site e mobilizando um amplo envolvimento e participação do próprio coordenador da Afropress. Trata-se do caso de discriminação racial sofrido pelo técnico em eletrônica e segurança da Universidade de São Paulo (USP), Januário Alves de Santana, na rede de supermercados Carrefour.

[02] Alberto Castro, jornalista que vive em Londres; Edson Cadette, tecnólogo em Administração de Empresas que reside em Nova Iorque; e Andréa Pacífico, advogada e doutora em Ciências Sociais, de Maceió, Estado de Alagoas, Brasil.

[03] São eles: o presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Humana, de São Paulo, Ivan Seixas; o jornalista Roldão Arruda, colunista de um dos maiores jornais diários do Brasil, o jornal O Estado de São Paulo; a jornalista Rejane Romano, responsável pelo setor de comunicação da Organização Não Governamental Sociedade Afro-brasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural – Afrobras, que entre seus projetos mantém uma agência de notícias, uma revista, um programa de televisão e a Faculdade Zumbi dos Palmares, voltada para a inclusão dos afodescendentes no ensino superior; o jornalista Hamilton de Souza, editor-chefe de um dos mais importantes veículos de mídia alternativa do Brasil, a Revista Caros Amigos; e o jornalista Simão Zigband, coordenador de comunicação do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo.

Além de ter sido o episódio de racismo divulgado pela Afropress que alcançou maior notoriedade pública, o caso Januário foi o primeiro caso de discriminação racial no Brasil onde os envolvidos na agressão foram indiciados pelo crime de tortura motivada por discriminação racial. Essa evidência sobre a visibilidade alcançada por um episódio específico relacionado diretamente às lutas por igualdade racial nos levou a optar por analisar mais detalhadamente, no estudo caso proposto nesse artigo, a cobertura do caso Januário pela Agência de Notícias Afropress, complementarmente à análise mais geral dos usos da internet na comunicação em rede da Afropress. Januário Alves de Santana também foi um dos entrevistados da pesquisa.

3. Discussão e resultados da investigação

3. 1 Redes de ancestralidade e fluxos sociocomunicacionais⁴

Desde muito antes de 1400 d.C., os 30.522.000 Km² do continente africano eram habitados por vários grupos étnicos, constituídos por povos diversos e organizados em reinos e em sociedades complexas. No continente de maioria negra, homens e mulheres mantinham rotas internas e externas num contexto de intensas negociações. Esses fluxos garantiam circulação e trocas culturais e comunicacionais de notícias, receitas, mitos, modas, músicas, danças, cuja diversidade era marcada por línguas, dialetos, crenças, costumes e tradições.

As investidas dos europeus rumo a “descobertas” de novos mundos, entre os anos de 1451 e 1870, acabaram transformando o africano em mercadoria. O tráfico negreiro espalhou cerca de dez milhões de africanos pela Europa e pelas Américas. Das Américas, o Brasil foi o país que escravizou o maior número de africanos. De acordo com Lopes (2004), é provável que mais de cinco milhões de pessoas tenham sido desembarcadas no país, provenientes dos diversos mercados de escravos. Alguns dos principais pontos de origem dos africanos escravizados trazidos para o continente americano eram “Gorée, no Senegal; Cacheu, na atual Guiné-Bissau; Ajuda, no atual Benin; Old Calabar, na Nigéria; Loango e Luanda, em Angola” (Lopes, 2006, p. 7).

Porém, determinar exatamente as etnias africanas presentes no Brasil, implica em se enfrentar com um cenário de escassez de referências, uma vez que muitos dados e documentos foram perdidos, queimados e ocultados pelo próprio contexto da época da escravidão.

Oliveira Silveira (2005) indica que os Bantos vieram em maior número, deixando marcas evidentes na língua portuguesa falada no Brasil. Mas a memória

[04] Para a elaboração desse item, utilizamos algumas referências já apresentadas em artigo publicado anteriormente. Ver COGO, D. & MACHADO, S. (2011).

dos Iorubás, compartilhada pelos africanos que chegaram no século XIX, é a que, na atualidade, se tornou uma das mais visíveis, especialmente pelo culto às religiões de matriz africana no país.

A tradição oral africana, as danças, os jogos, as lutas, como a capoeira⁵, e a musicalidade revelavam a linguagem corporal e o simbolismo das culturas tradicionais africanas reatualizadas no espaço e tempo vividos pelos africanos trazidos ao Brasil. No contexto da diáspora, foi essa oralidade musical uma das responsáveis pela preservação da memória e pela persistência em criar uma cultura afro-brasileira, mantendo vivos elementos da cultura da África negra no Brasil. Elementos que podem ser considerado precursores de redes sociocomunicacionais de resistência à escravidão, aos racismos e desigualdades constituídos na trajetória dessa presença negra no país.

Os constantes e longos movimentos de luta e resistência dos afrodescendentes, o crescimento dos grupos abolicionistas, as pressões de outros países, a implementação de uma série de medidas restritivas ao tráfico de escravos e um conjunto de fatores políticos, sociais e econômicos, levaram gradativamente o Brasil a abolir a escravidão em 13 de maio de 1888, através da assinatura da Lei Imperial 3.353, conhecida como Lei Áurea. Foi o último país do continente americano a extinguir a escravidão através da lei (Ferreira, 2004, p. 39)⁶.

Além desses fatos, os brasileiros passaram a ter notícias das crescentes rebeliões de escravos ocorridas em outros países, o que gerava insegurança nas autoridades e proprietários de terras, e efervescência nos movimentos abolicionistas e nas senzalas⁷. Um desses conflitos foi a Revolução do Haiti, então colônia francesa, nos anos de 1791 e 1804. A luta do exército formado essencialmente pelos negros escravizados resultou na abolição da escravatura e na proclamação da independência do país, o primeiro das Américas a abolir a escravidão e o segundo a se tornar independente.

[05] “Arte marcial”, ou Jogo, como é mais conhecida, que mistura música e golpes de corpo, criada pelos afro-brasileiros através de influências dos repertórios culturais africanos e brasileiros com o objetivo de se defender da violência. Proibida durante a escravidão até 1930, hoje a Capoeira é considerada patrimônio cultural brasileiro e tem forte presença e reconhecimento nacional e transnacional.

[06] É importante lembrar que no ano seguinte, 1889, tem início um novo regime político no país com a proclamação da República. Nessa época, enquanto a princesa Isabel Cristina Leopoldina de Bragança, a filha do imperador Dom Pedro II, assinava a Lei Áurea, que aboliu a escravidão, o tráfico de escravos entre os portos brasileiros e ingleses já estava proibido por um acordo assinado em 1826.

[07] Edificação construída com barro, palha e madeira que servia de alojamento para os negros escravizados onde eles ficavam presos e só saíam para trabalhar ou receber castigos físicos. O local não tinha divisórias, era mal arejado e não havia móveis, os cativos dormiam no chão em esteiras de palha.

Assim, o clima de tensão com as constantes rebeliões dos escravos, tanto no Brasil quanto em outros países, as pressões dos movimentos abolicionistas e as evidências de inviabilidade econômica do sistema escravocrata, levaram gradativamente à substituição da mão de obra escrava pela livre.

3.2 A política de branqueamento da sociedade brasileira⁸

Abolida a escravidão no Brasil, a solução encontrada para suprir a mão de obra, quase exclusivamente negra, foi a remuneração de colonos europeus e asiáticos pelo trabalho em áreas rurais e em outros setores. Alguns ex-escravos tornaram-se trabalhadores livres, ainda que com dificuldades, pois eram, frequentemente, preteridos no momento da escolha de quem ocuparia os postos de emprego. Após a abolição, quando não conseguiam negociar as regras e condições do novo regime de trabalho com os proprietários de terras, parte dos libertos teve que sair dos locais onde morava, ficando sem meios de se sustentar.

Os agora cidadãos da recém-proclamada República brasileira não tiveram direito a nenhuma parcela das terras onde trabalharam durante toda a vida, e nem foram amparados por quaisquer políticas reparatórias por parte do governo. Dessa forma, um contingente significativo dos brasileiros não teve oportunidade de se integrar a esse novo regime político e econômico. O resultado foi a crescente condição de miserabilidade dessa parcela da população, com reflexos em processos de desigualdade social evidenciados ainda hoje na sociedade brasileira.

Cabe lembrar, ainda, a intensificação de uma política de imigração no país marcada pela ideologia do branqueamento racial, que esteve diretamente vinculada ao processo de consolidação da nação brasileira desde a Independência, sobretudo no período entre as últimas décadas do século XIX e início do século XX. Entre 1819 e fins da década de 1940, chegaram ao país, sobretudo para a região sul e para o Estado de São Paulo, cerca de cinco milhões de migrantes, principalmente italianos, portugueses, espanhóis, alemães e japoneses, mas também grupos migratórios menos expressivos numericamente, como russos, austríacos, sírio-libaneses e poloneses (Seyferth, 2007)⁹.

Assim, no Brasil, a política de branqueamento assumiu uma especificidade que condicionou as relações raciais de modo diferenciado ao que se observa

[08] Para a elaboração desse item, utilizamos algumas referências já apresentadas em artigo publicado anteriormente. Ver Cogo, D. & Badet, M. (2013).

[09] Segundo Seyferth (2007), apesar do empenho do governo imperial, que até o final da década de 1870 utilizou o trabalho de agenciadores para trazer imigrantes da Europa, a imigração em massa só ocorreu na República, especialmente no período de 1887 e 1914, quando chegaram ao Brasil quase três milhões de imigrantes. Vale ressaltar que, posteriormente, o Brasil continuou a receber imigrantes até os anos 1950 e 60.

em outras nações. A concepção de “supremacia branca”, na qual os que não se enquadram ao padrão devem ser eliminados, foi substituída pela admissão da “superioridade branca”, onde há a hierarquização entre as raças e a exclusão ou simplesmente não inclusão dos considerados “diferentes” ou “inferiores”. Isto pode ser atribuído ao fato do país ter vivenciado historicamente um permanente e intenso processo de miscigenação que acabou criando uma nação multi-racial, e não birracial ou claramente polarizada, como é o caso de países europeus, ou dos Estados Unidos. Fato que não reduz as incidências do racismo que ainda persiste no Brasil.

Diante da impossibilidade e ao mesmo tempo desinteresse por reverter o processo de miscigenação da população brasileira, as elites intelectuais, científicas e políticas elaboraram uma estratégia de racionalização dessa realidade, reforçando a ideologia assimilacionista, conforme aponta Skidmore (1991), ou branqueamento, a qual vai desembocar no chamado mito da democracia racial.

Dessa forma, a miscigenação é exaltada a partir do postulado de convivência e união pacífica das três raças –branco, negro e índio– que formaram o país, constituindo o mito da democracia racial. Teoria que ganha popularidade nos escritos do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre¹⁰, a democracia racial opera no âmbito das relações sociais, para escamotear o racismo, os conflitos e as desigualdades entre os grupos étnicos existentes no Brasil, tornando-se uma das dimensões culturais mais significativas para se entender as relações raciais e culturais brasileiras. Ao mesmo tempo, sua desconstrução, assumida como uma das primeiras bandeiras de luta dos movimentos sociais negros brasileiros, persiste até hoje na agenda do ativismo antirracista do país, o qual exige que se enfrente o seu reconhecimento como narrativa central da síntese da identidade nacional.

3. 3 As desigualdades raciais no país mais negro do mundo fora do continente africano

Em 2008, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹¹ realizou um estudo específico, baseado em entrevistas, sobre a questão da raça no país¹², com

[10] Em sua obra mais famosa *Casa Grande & Senzala* (1933, Global Editora), Gilberto Freyre expressa sua leitura da formação sociocultural brasileira, valorizando a miscigenação entre negros, brancos e indígenas e a relação entre a casa grande, local onde habitavam os senhores de escravos, e a senzala, onde eram presos os negros escravizados, na construção das relações sociais no país.

[11] O IBGE é o órgão governamental encarregado da realização dos censos demográficos no Brasil.

[12] Intitulado “Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População: um Estudo das Categorias de Classificação de Cor ou Raça (PCERP)”, os resultados estão disponíveis em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/default_raciais.shtm Acesso em 10.01.2012.

o objetivo de entender a importância social do quesito cor/raça e obter referências para aprimorar o sistema de classificação da cor ou raça aplicado nas pesquisas domiciliares realizadas pelo Instituto. Embora o debate sobre as relações raciais no Brasil esteja permeado pelo discurso de que a miscigenação impossibilitou a definição da raça e cor das pessoas, 96% dos entrevistados no estudo afirmaram saber a própria cor ou raça, se declarando capazes de se autotclassificarem nesse quesito.

Como resposta a uma pergunta aberta, 68% dos entrevistados acabaram apontando uma das cinco categorias de classificação de cor/raça - preto, branco, pardo, amarelo e indígena - que vinham sendo utilizadas nos próprios censos do IBGE. Além dessas, alguns entrevistados escolheram como resposta as variações “negra” e “morena”, e as gradações “morena clara” e “morena escura”. Outras nomenclaturas, mencionadas por menos de 1% dos pesquisados, incluem brasileira, mulata, mestiça, alemã, italiana e indígena.

Para os entrevistados do estudo do IBGE, os fatores que definiam a “raça” de uma pessoa estavam associados principalmente à cor da pele, aos traços físicos e à origem familiar. Quanto à influência dos aspectos cor e raça em setores da vida social, mais da metade dos entrevistados confirmaram essa influência, especialmente em setores como o trabalho, a justiça/polícia e o convívio social em geral.

Os resultados do estudo contribuem para refletir sobre a relevância do quesito cor ou raça na organização da sociedade brasileira a partir da conformação de assimetrias socioeconômicas originárias de um sistema escravocrata e resultantes de um processo excludente de abolição da escravidão vivenciado pelo Brasil. Resultantes dos processos sócio-históricos pós-abolição, as desigualdades entre brancos e afrodescendentes no Brasil abrangem diferentes âmbitos da vida social. Apesar de ter havido melhorias na qualidade de vida das populações afro-brasileiras no país, ainda persistem desigualdades socioeconômicas em relação aos não afrodescendentes.

Tem sido possível observar uma consonância entre as “linhas de classe” e as “linhas de cor” no Brasil, a ponto de ambas se ratificarem reciprocamente. Ou seja, os afrodescendentes estão majoritariamente em estratos socioeconômicos mais baixos da população brasileira, de acordo com Paixão, Rosseto e Montovanele (2010), conforme aparece refletido pelo “Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil, 2009-2010: Constituição Cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor ou raça”¹³. Ao cotejar o acesso ao ensino supe-

[13] Publicação organizada pelo Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (Laerser), sediado no Instituto de Economia da Universidade

rior nos anos de 1988, 1998 e 2008, na última década, o relatório registra o maior salto, com um aumento de 14,7% no número total de estudantes que acederam ao ensino superior no Brasil, representando o maior crescimento, nesse acesso à universidade, em um período de 20 anos.¹⁴

Os organizadores do relatório relacionam a elevação dos índices de acesso ao ensino superior no Brasil à crescente adoção de políticas de ação afirmativa para afrodescendentes e também para a população pobre, pelas universidades públicas, e de programas federais de incentivo com bolsas de estudos para o ingresso nas instituições privadas, como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Programa de Financiamento Estudantil (Fies). Somam-se a isso as iniciativas dos movimentos sociais negros, como a criação de cursinhos pré-vestibulares populares, direcionados a estudantes negros e de baixa renda.

Apesar do significativo aumento do número de estudantes frequentando o ensino superior brasileiro, as desigualdades entre brancos e pretos e pardos, ainda persistem. De acordo com o relatório, dentro dos 20 anos mapeados, entre 1988 e 2008, o percentual de brancos nas universidades é praticamente o dobro do percentual dos estudantes pretos e pardos.

Outro fator, relacionado ao acesso à educação, é a inserção no mercado de trabalho e os níveis salariais alcançados por brancos e por pretos e pardos. De acordo com o Censo 2010, no comparativo dos últimos dez anos, os rendimentos de pretos ou pardos ainda são inferiores aos de brancos. E apesar da diferença entre os indicadores de rendimento salarial desses grupos ter diminuído nesse período, ela ainda persiste. Em 1999, o rendimento-hora dos pretos representava 47% do rendimento-hora dos brancos, e o dos pardos equivalia a 49,6%. Uma década mais tarde, em 2009, tanto pretos como pardos apresentaram rendimento-hora equivalente a 57,4% do índice dos brancos.

Essas diferenças, em grande medida, estão relacionadas aos enfrentamentos sociais e políticos que cercam a definição e auto-definição do que é ser negro em um Brasil tido como mestiço e onde ainda persiste o mito da democracia racial. Problematizando a análise das categorias de auto-identificação dos negros

Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ), o relatório analisa a evolução das desigualdades segundo a cor e a raça e grupos de sexo no país, fundamentada em indicadores sociais atualizados das bases de dados do IBGE e dos Ministérios da Saúde, da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Os índices são organizados e interpretados de acordo com duas categorias de cor: brancos e pretos & pardos, os dois últimos agregados no mesmo grupo representando a população negra. Ainda são consideradas na leitura dos números as divisões correspondentes aos homens e às mulheres.

[14] Trata-se de um período de 20 anos da história da sociedade brasileira onde foi possível verificar um incremento proporcional de 197,8% no número total de estudantes do ensino superior no país, já que entre 1988 e 2008 a taxa bruta de escolaridade subiu de 8,6% para 25,5%.

brasileiros, o antropólogo Kabengele Munanga (2004) empenha-se em sintetizar a complexidade dos sistemas de pertencimento que demarcam a experiência identitária dos descendentes de africanos no Brasil. Os conceitos de negro e branco têm, segundo o autor, um fundamento ideológico e político, e não biológico, ajudando a explicar porque há pessoas negras que introjetaram o ideal de branqueamento e não se consideram negras. Esse fundamento explica o quanto se torna política a posição dos movimentos negros organizados quando qualificam como negra qualquer pessoa com essa aparência.

A reflexão de Munanga colabora igualmente para assinalar a ambiguidade entre traços físicos e pertencimento simbólico, chamando a atenção para o caráter político que assume a questão racial no Brasil e que, em muitos casos, convergiu para diferentes modos de mobilização e luta das populações negras por igualdade racial. Como estratégia contra-discursiva construída pelos movimentos sociais e intelectuais negros, os esforços em atribuir ao termo “negro” uma conotação positiva tem contribuído para desencadear no Brasil um processo de enegrecimento e, em consequência, novas atualizações das identidades, como aquelas relacionadas aos não-negros de aparência que se auto-declaram negros pela origem ou por empatia.

Os números do último Censo¹⁵ no Brasil, realizado em 2010, evidenciam um cenário de transformação importante para se pensar esse contexto. Pela primeira vez na história censitária brasileira, o percentual de negros ultrapassa o de brancos na população. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que realiza esse mapeamento, desde o ano de 1940, dos 191 milhões de brasileiros em 2010, 91 milhões se classificaram como brancos, 15 milhões como pretos, 82 milhões como pardos, 2 milhões como amarelos e 817 mil como indígenas¹⁶.

Registrou-se uma redução da proporção de brancos, que em 2000 era 53,7% e em 2010 passou para 47,7%, e um crescimento de pretos (de 6,2% para 7,6%) e pardos (de 38,5% para 43,1%). Com esses resultados, a população preta e parda passou a ser considerada maioria no Brasil (50,7%). Do ponto de vista

[15] Em sua décima segunda edição, o Censo visitou aproximadamente 58 milhões de domicílios nos 5.565 municípios de todo o território nacional coletando dados referentes às condições sociais e econômicas da população formada por 190.755.799 habitantes. Ver <http://dssbr.org/site/2012/01/a-nova-composicao-racial-brasileira-segundo-o-censo-2010>

[16] Previamente à realização do novo censo demográfico do IBGE de 2010, o movimento negro impulsiona as campanhas “Censo 2010 – Assuma a sua Negritude!” e “Quem é do AXÉ diz que é”, visando sensibilizar a população e os recenseadores para uma auto-declaração mais comprometida com a realidade brasileira, uma vez que nas respostas dadas ao censo, alguns brasileiros negros ainda se auto-declaram brancos e alguns brasileiros praticantes de religiões de matriz negro africana se auto-declaram católicos. Ver www.afrocensos2010.wordpress.com

político, o emblema em torno do auto-pertencimento étnico expresso nos censos demográficos, colabora para situar o debate racial em torno do que significa ser negro, identificar-se como negro ou ser chamado de negro no Brasil.

Nas concepções e práticas do movimento negro brasileiro, tem sido possível evidenciar que ser negro é também ter sua história e vida relacionada à diáspora negra; à resistência à escravidão; às lutas quilombolas¹⁷; à mestiçagem das “raças” que revelam africanidades; à superação das condições de vida oferecidas; à criação de irmandades e comunidades tradicionais religiosas; à criação de clubes sociais próprios para as comunidades negras segregadas; à imprensa “alternativa” negra; às manifestações literárias e artísticas de negros; às expressões do samba, do carnaval, da capoeira, do hip-hop, do grafite; à relação desigual com as demais etnias que compõem o país. Mas ser negro no Brasil é enfrentar-se, ainda, com a necessidade de desconstrução de um argumento recorrente que tende a esvaziar o preconceito racial no país, deslocando do étnico e situando na questão de classe as desigualdades sociais. Ou seja, o pobre e não o negro é quem não ascende socialmente.

A mídia tem sido apontada também, no Brasil, como uma das principais instâncias de exclusões ou de inclusões racialistas dos afro-descendentes, conforme aparece evidenciado na pauta específica do Seminário Mídia e Racismo, Ramos (2002), realizado no Rio de Janeiro, em 2001, que mobilizou diferentes agentes sociais inseridos no universo midiático brasileiro. As deliberações do seminário foram incluídas na pauta da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada em Durban na África do Sul, em 2001.¹⁸

No contexto acadêmico, dentre os investigadores que têm se preocupado com as relações entre mídia e negritude, Silva e Rosemberg disponibilizam uma ampla reflexão sobre a representação dos afro-brasileiros no campo midiático enunciando que “a mídia participa da sustentação e produção do racismo estrutural e simbólico da sociedade brasileira uma vez que produz e veicula um discurso que naturaliza a superioridade branca, acata o mito da democracia racial e discrimina os negros” (Silva & Rosemberg, 2008, p. 74).

[17] Quilombos eram refúgios, que surgiram durante o século XVII, criados pelos negros fugidos, índios e brancos pobres, onde os mesmos viviam em comunidade e se abrigavam da tirania dos senhores de escravos ou das desigualdades sociais. Voltaremos a mencionar, nesse texto, a questão dos Quilombos.

[18] Tais processos colaboraram para a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (2003), antecedida pela instituição do Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra (1995) e pela criação da Fundação Cultural Palmares (1988), todos os órgãos do Governo Federal para os quais o movimento negro colaborou fortemente para o surgimento.

Estudiosa das relações entre mídia e etnia, a pesquisadora Solange Couceiro (2010), situa nos anos 70 o crescimento do interesse acadêmico pela temática da representação dos afro-brasileiros nos meios de comunicação, período em que se incrementam também as pesquisas que focalizam a questão racial mais ampla. Ainda que pouco significativo, esse crescimento pode ser atribuído, segundo Couceiro, à expressividade que assume a questão racial na sociedade brasileira assim como à ampliação da presença de estudantes negros nas universidades, que ajudam a instaurar um movimento relacional entre o acadêmico e o militante.

Nos últimos anos, os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros ou órgãos correlatos têm sido criados em várias áreas do conhecimento nas Instituições de Ensino Superior do país. Na área da comunicação, a temática tem ganhado mais espaço em grupos de estudo e pesquisa específicos sediados em universidades de diferentes regiões brasileiras. Desde 2000, a Associação Brasileira de Pesquisadores (as) Negros (as) promove o Congresso Brasileiro de Pesquisadores (as) Negros(as) – COPENE, atribuindo visibilidade à produção do conhecimento sobre relações étnicorraciais, incluindo aquelas vinculadas às mídias¹⁹.

De um período de ativismo negro e de pesquisas acadêmicas marcado pela (necessária) denúncia de representações negativas do negro na mídia massiva, o atual cenário aponta para outros itinerários em construção pelo próprio movimento negro e pelo pensamento acadêmico. Nesses itinerários cabe o reconhecimento da insuficiência da denúncia e da necessidade de compreender a emergência e consolidação de espaços comunicacionais de criação e produção midiáticas pelas redes de afro-brasileiros e movimentos negros que resultam dos próprios reordenamentos da sociedade em rede e das possibilidades abertas pelas tecnologias da comunicação.

3. 4 Movimento negro e redes sociocomunicacionais: históricos da luta pela igualdade racial

Os obstáculos enfrentados pelos negros durante o processo de escravização e após a abolição contribuíram para impulsionar movimentos de resistência. Frente a um repressivo sistema escravocrata, os suicídios, inclusive os coletivos, acabaram sendo inicialmente, as únicas possibilidades de resistência entre os negros escravizados. Posteriormente, as fugas e a criação de espaços para abrigo, os chamados quilombos se constituíram em movimentos recorrentes de resistência à escravidão no Brasil. Por esse motivo, alguns estudiosos, como Helio Santos (2001), consideram o movimento negro um dos movimentos sociais mais antigos do país.

[19] <http://www.abpn.org.br/copene>

A organização dos quilombos foi um dos movimentos de resistência mais significativos dos negros escravizados no Brasil. Tratava-se de refúgios instalados em locais de difícil acesso onde se abrigavam negros fugidos, índios e brancos pobres, que viviam em comunidade, distantes da opressão. Esses espaços se multiplicaram por todo o país, e um deles se tornou referência quando se fala em organização de resistência dos negros contra a escravidão. O Quilombo de Palmares, localizado na Serra da Barriga, no Estado de Alagoas, região Nordeste do Brasil, é considerado o símbolo da luta pela liberdade dos negros escravizados, e seus moradores, entre 20 mil e 30 mil habitantes²⁰, ficaram conhecidos pela sua astuciosa organização e força de combate que lhes deram a vitória em diversas batalhas contra inúmeras invasões e tentativas de destruição do quilombo.

Um dos principais líderes do Quilombo de Palmares e que ainda permanece como símbolo da resistência negra foi Zumbi, palavra de origem africana que significa “aquele que nunca morre”. Nascido no Quilombo e sequestrado com poucos dias de vida em uma das invasões a Palmares, Zumbi foi criado por um padre que lhe ensinou a ler em latim e português, e o batizou com o nome de Francisco. Com 15 anos de idade Zumbi foge para o Quilombo, assume seu nome africano e, já aos 17 anos, toma a frente de toda a comunidade palmariana, sendo respeitado inclusive pelas autoridades coloniais, que “viam nele o líder mais capaz e aguerrido da república negra” (Freitas, 1984, p. 118).

Depois de resistir a anos de intensos ataques, em 1694, o Quilombo de Palmares foi cercado e, mais tarde, em 20 de novembro de 1695, Zumbi é perseguido e assassinado. A morte de Zumbi não provocou, contudo, o arrefecimento dos movimentos de resistência e luta contra a escravidão, continuando até a abolição e se reatualizando contemporaneamente. O marco político de Palmares é, ainda hoje, preponderante para a reconstrução da “história e cultura e afro-brasileira” e à organização dos movimentos negros no Brasil, segundo Santos (2001). Na atualidade, o movimento negro assumiu como uma das pautas de suas lutas a identificação e demarcação de terras que, em diferentes regiões brasileiras, pertenceram aos quilombos e onde ainda vivem famílias descendentes dos povos que lutaram contra a opressão. De acordo com a Fundação Cultural Palmares²¹, aproximadamente três mil comunidades quilombolas já foram identificadas no país, onde vivem milhares de famílias²².

[20] Não há consenso, na literatura, sobre esse número.

[21] Entidade pública ligada ao Ministério da Cultura brasileiro criada para promover e preservar a cultura afro-brasileira. Ver <http://www.palmares.gov.br>

[22] Entretanto, apenas 193 comunidades têm o título de propriedade de suas terras, um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988.

É também mais recentemente, quando as relações étnico-raciais se tornam objeto de estudos acadêmicos no Brasil, que pesquisadores vão se dedicar a evidenciar e compreender a pluralidade dos modos de organização das populações afro-brasileiras orientadas à disputa por igualdade racial e cidadania. O pesquisador Joel Rufino dos Santos (1994) assume esse ponto de vista da pluralidade para considerar movimento negro todas as entidades e ações fundadas ou promovidas por descendentes de africanos no Brasil. Iniciativas empreendidas por Comunidades Quilombolas, Comunidades Religiosas, Irmandades Negras e Clubes Sociais Negros²³. Ou ainda por comunicadores e artistas negros, de ativistas da literatura afro-brasileira, de Escolas de Samba, de Centros de Capoeira e da Frente Negra Brasileira (FNB)²⁴.

São essas e outras formas de associativismo, muitas delas centenárias, que culminaram com a criação de várias organizações não governamentais, a partir da década de 70, orientadas à causa dos afrodescendentes. Como exemplos, podemos citar, dentre outros, o Movimento Negro Unificado (MNU), presente em várias regiões do país; a Articulação de Entidades de Mulheres Negras Brasileiras e a União de Negros pela Igualdade (Unegro).

Desde o ponto de vista dessa heterogeneidade, podemos afirmar que o movimento negro brasileiro também vem se constituindo, em muitos casos, como instância descentralizada que atua em rede em contraposição às lógicas de exclusão cidadã. Nessas redes, os ativistas negros constroem formas de estar junto, de se conectar e formar laços, ao mesmo tempo em que dinamizam modos de participação social que buscam incidir na agenda pela igualdade racial no Brasil (Cogo & Machado, 2011).

Evidenciamos que, no movimento negro, as redes sociais configuram interações entre sujeitos, podendo apresentar-se como redes informais ou podem ser organizadas formal ou institucionalmente a partir da atuação coletiva de grupos com poder de liderança, podendo, ainda, ser híbridas entre as duas configurações. Além disso, as redes podem contar, para sua organização e funcionamento, com a mediação das tecnologias da informação e da comunicação, especialmente a internet, ao mesmo tempo em que são dinamizadas por espécies de “teias invisíveis”, formadas por interações entre sujeitos não mediadas pelas tecnologias (Cogo & Brignol, 2011: 6).

[23] Nessa perspectiva, está sendo considerada a existência de movimentos negros no plural, embora, nesse texto, muitas vezes, apareça o termo no singular.

[24] Fundada em 1931, a Frente Negra criou redes sociocomunicacionais com filiais em vários estados do país.

Através da criação de espaços de intercâmbio e articulação locais, nacionais e transnacionais, a configuração em rede dos movimentos sociais negros no Brasil tem possibilitado interações sociocomunicacionais que não estão, contudo, isentas de disputas, hierarquias e assimetrias, estruturas de poder e relações centralizadas, que caracterizam muitas das modalidades de associativismo cidadão e mesmo algumas experiências de solidariedade em rede (Scherer-Warren, 1998; Castells, 2009).

A exemplo de outros movimentos sociais, também para o movimento negro, a convergência tecnológica e as possibilidades de experimentações com as tecnologias vêm propiciando modos de apropriação e usos sociais que se caracterizam, muitas vezes, por serem difusos, descentralizados, efêmeros e multidimensionais, escapando a lógicas organizativas mais tradicionais. Preocupado em compreender o que denomina de mudanças na cultura da autonomia e ampliação da dinâmica da autocomunicação de massas, Castells (2009) nos alerta para o aumento significativo do potencial das audiências se encarregarem de suas práticas comunicativas. Essa autonomia está vinculada, ainda, à desestabilização de uma lógica hegemônica de transmissão das informações de forma massiva e generalizada, de um pequeno grupo produtor a um coletivo indiscriminado, para a possibilidade de produção de informação e estabelecimento de comunicação de uma forma mais descentralizada e distribuída para públicos segmentados (Cogo & Brignol, 2011).

3. 5 A imprensa negra como precursora das redes sociocomunicacionais

A perspectiva de uma comunicação em redes do movimento negro no Brasil não é nova, e já aparece evidenciada em práticas comunicacionais como a da imprensa negra, que teve seu embrião nos manifestos que líderes da resistência fixavam por diversos espaços públicos das cidades. Tratava-se dos primeiros jornais murais que denunciavam as desigualdades e divulgavam as demandas dos afrodescendentes. Os primeiros registros do surgimento da imprensa negra propriamente dita datam de 1833. Um dos veículos importantes no período foi o periódico “O Homem de Cor”, do Rio de Janeiro, de propriedade de Francisco de Paula Brito e onde Machado de Assis, importante escritor da literatura brasileira, iniciou sua carreira. Ambos eram afro-brasileiros.

Na mesma época, iniciativas semelhantes se proliferaram por diversos Estados do país, gerando um grande número de periódicos produzidos e direcionados à população negra. Um exemplo é o jornal “A Alvorada”, um dos periódicos com mais tempo de circulação na história da imprensa negra brasileira, que foi produzido na cidade de Pelotas, na região sul do Brasil (1907- 1910; 1930 – 1937; 1946 – 1957). Estreitamente ligado ao clube social negro “Fica Ahi Pra ir Dizen-

do”, de Pelotas, o jornal noticiou ideais e ideias de uma elite negra urbana, formada por operários no período pós-abolição do Estado do Rio Grande do Sul. A pesquisadora Jacira Silva (2001) analisou o papel alternativo do jornal “A Alvorada” na formação cultural e educacional das comunidades negras, evidenciando a presença marcante das mulheres na imprensa negra local em períodos históricos onde o espaço público era predominantemente ocupado por homens brancos.

Nesta época, a maior parte dos movimentos sociais negros ainda não tinha um programa político definido, nem um projeto ideológico mais abrangente. A politização e sistematização dos ideais dos movimentos vão ser desenvolvidas gradualmente em grupos organizados em diferentes contextos locais. Esse processo de rearranjo ocorre com mais intensidade a partir do início da década de 1930, quando surge a Frente Negra Brasileira (FNB). Fundada em 1931, a partir da união da equipe de um dos periódicos da imprensa negra, o jornal “O Clarim da Alvorada”, e de um grupo dissidente do Centro Cívico Palmares²⁵, a FNB foi uma das entidades negras mais representativas desse momento no Brasil, chegando a ter presença e adeptos em diversos Estados brasileiros.

Essa imprensa negra também foi, em certo sentido, precursora de processos posteriores de ocupação de espaços da mídia massiva para o agendamento, por parte dos ativistas negros, de uma pauta relacionada à igualdade racial. Na década de 70, a grande imprensa do sul do Brasil abre espaço para uma pauta que demarcaria uma importante etapa na história dos negros brasileiros. Em 1971, o Jornal “Zero Hora”²⁶ divulga a primeira celebração do “20 de novembro” realizada na cidade de Porto Alegre a partir de manifestação promovida pelo Grupo Palmares²⁷. Estudada e sugerida pelo poeta Oliveira Silveira, a data, em alusão ao dia da morte do líder do Quilombo dos Palmares, Zumbi, foi um contraponto às celebrações do dia 13 de maio, data oficial da abolição da escravidão, hoje considerado um dia de denúncia contra o racismo (Silveira, 2003).

Desde então, ativistas negros de todo o país celebram o “Dia Nacional da Consciência Negra” em 20 de novembro, data oficializada pelo Estado brasileiro em 2003, quando passou a fazer parte do calendário escolar através da Lei

[25] O Centro Cívico Palmares foi uma organização negra de caráter político engajada na luta contra o racismo, fundada em 1926, que passou a ser exclusivamente recreativa em 1929, quando teve sua coordenação modificada, o que gerou uma série de divergências e afastando da entidade um grande número de lideranças e intelectuais negros.

[26] Ver: <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/>

[27] Grupo formado por estudantes universitários negros da cidade de Porto Alegre, sul do Brasil, que se reuniram para contestar o dia 13 de maio como data comemorativa do movimento negro, e para estudar e propor o 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra, em substituição à data anterior. Ver <http://oliveirasilveira.blogspot.com.es/>

10.639/03²⁸. Essa tomada de consciência vai ao encontro do pensamento afro-descendente na diáspora evidenciado em mobilizações históricas, como a Revolução Haitiana (1791); o movimento Pan-africanismo²⁹, que teve repercussão na 1ª Conferência Pan-Africana realizada em Londres, em 1900; e no movimento Negritude, iniciado no período entre guerras na França. Dentre essas mobilizações, destacam-se, ainda, o movimento por Direitos Civis, nos EUA, nos anos 60; além de outras iniciativas de lideranças negras que questionavam o mito da democracia racial no Brasil.

Ainda nos anos 70, a ONU patrocinou a publicação do Relatório MacBride intitulado *Um Mundo e Muitas Vozes*. Nele, a Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas de Comunicação a respeito da Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC), incluiu a diversidade cultural relacionada ao universo das mídias. Nas décadas subsequentes, novos ativistas sociais passam a incluir o ambiente midiático em suas estratégias de reconhecimento, seja ocupando espaços em mídias vinculadas a grandes grupos de comunicação privados e públicos, seja gestando espaços alternativos de comunicação. Valem-se de jornais, televisões, rádios comunitárias, revistas, vídeos, cinema, Internet, etc. para dar visibilidade a vários aspectos do cotidiano e das lutas dos afro-brasileiros³⁰.

Entre as inúmeras iniciativas nesse sentido, podem ser citados os projetos comunicacionais da entidade pública Fundação Cultural Palmares que, no ano 1988, em parceria com instâncias do movimento negro, constituiu a Rede Palmares de Comunicação composta por rádio (Rádio Palmares), televisão (TV Palmares) e revista (Revista Palmares, impressa e disponível para download no site)³¹.

Outra ação comunicacional importante é o projeto *A Cor da Cultura*³². Instituído como uma política pública a partir de 2006, o projeto é disponibilizado aos professores da rede de ensino do Brasil, oferecendo um acervo de informações sobre a cultura afro-brasileira através de um kit composto por materiais gráficos e

[28] Em 9 de janeiro de 2003, a Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional (LDB/1996) foi alterada pela Lei Federal 10.639 e, em 2008, pela Lei Federal 11.645 tornando obrigatório o ensino da "História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena" no currículo oficial da educação básica do país.

[29] *Christianity, Islam and the Negro Race* (1887), do caribenho das Ilhas Verdes, Edward Wilmot Blyden, é considerada uma das obras fundantes do Pan-Africanismo.

[30] Por limitação de espaço, trazemos apenas alguns exemplos de experiência de uso das mídias pelo movimento negro no Brasil nas últimas décadas.

[31] Os materiais que foram utilizados na época estão disponíveis em <http://www.palmares.gov.br>

[32] O projeto *A Cor da Cultura* é uma parceria conjunta entre a ONG Cidan/RJ (Centro de Informação e Documentação do Artista Negro); o Governo Federal, através do Ministério de Educação, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; e a Rede Globo de televisão, através do Canal Futura; com o patrocínio da Petrobrás. Ver www.acordacultura.org.br

audiovisuais e uma página na internet. Ao dar visibilidade ao tema do racismo e sensibilizar os professores para o enfrentamento das práticas discriminatórias, o projeto motivou a revisão de propostas curriculares das escolas na temática das relações étnicorraciais. Alguns pesquisadores apontam que as dificuldades práticas na implementação do projeto nas escolas serviu para evidenciar a falta de integração entre os saberes do movimento negro, as pesquisas das universidades e a gestão dos órgãos públicos na promoção da cidadania de afro-brasileiros (Machado, 2008).

Os usos das tecnologias pelo movimento negro incluem mais recentemente a apropriação de espaços da Internet através de práticas comunicacionais que se pautam pela convergência e complementaridade nos usos de tecnologias da informação e comunicação. Websites, portais, blogs, jornais e boletins online e impressos, rádios analógicas e digitais, documentários, redes sociais como Facebook, Twitter etc., se combinam, para constituírem práticas comunicacionais mais ou menos permanentes ou transitórias do movimento negro, que estão em consonância, em certo sentido, com o caráter de fluxo da sociedade da informação e da expansão das chamadas mídias digitais.

Uma das iniciativas recentes do movimento negro brasileiro na Internet é o “Ìrohìn”. O periódico nominado “notícia” na língua iorubá, foi criado em 1996, após a Marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo, pela cidadania e a vida. Enquanto informativo, o “Ìrohìn” acompanhou as ações governamentais acerca da promoção da igualdade racial, culminando com a realização da capacitação de membros de organizações negras em assuntos relacionados à administração pública através da mídia. Em 2004, o “Ìrohìn”, editado em formato tablóide, passou a ter também um site na Internet, onde disponibiliza matérias da versão impressa, além de outras notícias, cumprindo um papel importante na mobilização dos afro-brasileiros. Nessa nova fase online, ativistas passam a ser produtores, capacitando-se tecnologicamente, gerando e reelaborando informações para colaborar com a redação do jornal.

Outro exemplo desses usos das tecnologias é a Afrobras, organização paulista fundada em 1997 e voltada a atividades na área das ações afirmativas. Entre os programas televisivos que a entidade mantém no ar está o Negros em Foco, protagonizado por apresentadores e diretores negros e focado em temáticas de interesse da população negra brasileira, como segurança, trabalho, representação do negro na mídia, educação, etc. Dentre outros projetos, a Afrobras mantém o portal www.afrobras.org.br; a agência de notícias Afrobras News; a Revista “Afirmativa Plural” e a Rádio Zumba³³.

[33] Em 2002, a Afrobras criou o Instituto Afro-Brasileiro de Ensino Superior e instituiu, com licença do Ministério da Educação, a Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares (Unipalmares), primeira do Brasil e da América do Sul voltada para a inclusão no negro na vida acadêmica.

Outro projeto representativo das experiências comunicacionais do movimento negro na internet é o Instituto de Mídia Étnica da Bahia³⁴ que, desde 2005, promove a apropriação dos processos de gestão e produção de conteúdos por afrodescendentes. Com o slogan “Vamos denegrir a Mídia”, a organização desenvolve iniciativas como o treinamento comunitário para trabalhar com diversas ferramentas midiáticas; a rede de produção de vídeos comunitários denominada Insurreição Rítmica, em parceria com diversas instituições; o portal de jornalismo colaborativo Correio Nagô³⁵, além de iniciativas de inclusão e capacitação digital através do projeto Cyber-Aruá.

O incremento dos usos da Internet está relacionado, ainda, aos esforços do movimento negro em dar visibilidade ao debate sobre as relações etnicorraciais e compartilhar, de modo mais amplo, ações de cidadania com as populações afrodescendentes e com o restante da sociedade brasileira. A popularização dos preços dos computadores, a expansão da telefonia e o incremento das políticas públicas de inclusão digital abrem caminho para o crescimento do acesso, ainda que parcial, à Internet. O fenômeno de expansão da rede no país resulta de esforços públicos e privados que vão conformando possibilidades de acesso à Internet a partir de residências, telecentros públicos, lan houses, locais de trabalho, instituições de ensino, etc. Em consonância com esse cenário, o movimento negro passa também a explorar estrategicamente as possibilidades abertas pela internet para o ativismo pela igualdade racial no Brasil.

3. 6 A experiência da Afropress

Conforme já foi mencionado, a III Conferência de Durban³⁶ representou, para o movimento negro, um avanço importante nas discussões a respeito do racismo no mundo. Inspirada por esse esforço de produção de iniciativas de combate à discriminação racial, foi concebida, em 2004, a Agência de Informação Multiétnica Afropress, uma das primeiras agências de notícias online brasileiras que tem como principal pauta a diversidade étnica e a luta contra o racismo.

Batizada inicialmente de Agência Afroétnica de Notícias Afropress, foi criada com o objetivo de demarcar a ênfase em uma abordagem das questões relativas às populações afrodescendentes. Mais tarde, sua denominação foi modificada para Agência de Informação Multiétnica, orientada pelo propósito de estender para outras etnias a abrangência de das temáticas abordadas. Entretanto, apesar

[34] <http://www.midiaetnica.ning.com>

[35] <http://www.correionago.com.br>

[36] III Conferência Mundial contra o Racismo a Xenofobia e a Intolerância Correlata, realizada em 2001 pela ONU em Durban, África do Sul



dessa mudança, a ênfase principal continuou sendo as questões relacionadas ao universo afrodescendente.

A visibilidade da pauta do racismo promovida pela Afropress abrange, principalmente, aspectos relacionados à divulgação de casos explícitos de discriminação, denunciados pelo movimento negro e acompanhados por organismos públicos competentes, assim como a ampliação do debate sobre as ações afirmativas focalizados pelas mídias tradicionais para o movimento negro e a sociedade em geral, e a valorização da cultura afro-brasileira e africana.

A Afropress trabalha com conteúdos jornalísticos desde junho de 2005, quando realizou, em Brasília, capital do Brasil, a cobertura da I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, promovida pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) da Presidência da República do Brasil. Desde sua criação, a Agência engajou-se, ainda, na mobilização em torno da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial no Brasil³⁷, que tem como objetivo “combater a discriminação racial e as desigualdades estruturais e de gênero que atingem os afro-brasileiros, incluindo a dimensão racial nas políticas públicas e outras ações desenvolvidas pelo Estado” (Paim, 2006, p. 13).

[37] Conhecido popularmente como a “segunda lei da abolição”, o Estatuto, depois de dez anos de tramitação, foi aprovado no Senado brasileiro em junho de 2010. Sobre as controvérsias das alterações no projeto original ver <http://www.afropress.com.br>

Por seu trabalho de militância na difusão de informações de interesse da população afrodescendente, a Agência já foi alvo de ataques de hackers que a tiraram do ar, além de ter sofrido ameaças dirigidas a seu editor-chefe pela internet e por telefone. Após alguns ataques ao site, e inúmeras denúncias de outras vítimas, os responsáveis foram presos pela polícia brasileira sob a acusação de crime de racismo³⁸.

Esses episódios apontam para uma perspectiva em torno da tensão liberdade-controle da internet que tem sido objeto de reflexão crítica por autores como Castells (2003). Apesar de oferecer a possibilidade de comunicação livre e global, a internet existe mediada por interesses políticos, comerciais e ideológicos, indicando, segundo o autor, que a preocupação de setores e movimentos sociais passa a ser cada vez menos com o acesso à internet, e mais com a busca de liberdade na rede (Castells, 2003, p. 226).

Quando foi criada, a Agência Afropress estava vinculada à Organização Não Governamental (ONG) ABC sem Racismo, entidade sediada na cidade de São Paulo que atua na promoção de projetos de combate ao racismo. Em agosto de 2012, a Afropress se desligou da ONG ABC Sem Racismo e deu continuidade à sua atuação como uma pequena empresa de comunicação. Contudo, mesmo tendo modificado sua razão social, a Afropress ainda pode ser considerada uma organização pertencente aos movimentos sociais negros, considerando-se a perspectiva levantada por Joel Rufino dos Santos (1994), já referida anteriormente, que entende como movimentos sociais negros todas as entidades e ações de qualquer tempo e de qualquer natureza com a função de preservação da cultura afrodescendente e combate ao racismo. Em perspectiva similar, Nei Lopes (2004, p. 455), considera que o movimento negro pode ser entendido como um “conjunto de entidades privadas integradas por afrodescendentes e empenhadas na luta pelos seus direitos de cidadania”, principalmente as surgidas após a década de 1960 e partidárias de uma mesma agenda internacional de luta.

Tanto a ABC Sem Racismo quanto a Afropress são dirigidas pelo jornalista e advogado Dojival Vieira dos Santos, que se formou Bacharel em Jornalismo em meados da década de 1970, e, em Direito, na década de 1990, pela Universidade Católica de Santos, no estado de São Paulo, onde iniciou também sua história de atuação política como líder do movimento estudantil.

[38] O líder dos ataques foi o estudante da Universidade de Brasília Marcelo Valle Silveira de Melo, que além de atacar outros sites e a Afropress e ameaçar o editor-chefe do veículo, mantinha no ar sites com conteúdo que incitava a pedofilia e o racismo. O estudante foi condenado a seis anos e sete meses de prisão, além de 192 dias-multa, o equivalente a R\$ 3.508,03, por crimes de racismo com base na Lei brasileira 7.716/89 que enquadra o racismo como crime inafiançável.

Entre as passagens mais significativas de Dojival dos Santos no campo político, estão a participação na década de 1980 da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e o exercício, na mesma década, de um mandato de vereador pelo mesmo partido no município de Cubatão, situado no Estado de São Paulo. Foi também coordenador, em 2002, do Programa Diversidade na Universidade do Ministério da Educação brasileiro (MEC), que originou a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do MEC; e, entre os anos de 2006 e 2008, presidiu a Comissão Intersecretarial de Monitoramento e Gestão da Diversidade (CIM-Diversidade) da Secretaria do Trabalho do Município de São Paulo.

Atualmente, Dojival Vieira dos Santos não tem ligação com partidos políticos e nem exerce cargo público. Além de coordenar a Afropress e a ABC sem Racismo, trabalha como consultor e palestrante especialista em políticas de valorização da diversidade etnicorracial e como advogado.

Sobre as motivações que culminaram na criação da Afropress e a importância do uso das tecnologias de comunicação e informação para o trabalho da Agência, o coordenador da Afropress aponta que,

a questão da invisibilidade na nossa mídia é uma realidade e faz parte da estratégia de nos invisibilizar do ponto de vista da nossa presença no espaço público, essa é a questão. O mecanismo ideológico de invisibilização tem na mídia, na nossa invisibilidade na mídia, um elemento determinante. Nós somos invisíveis no espaço público. Hoje, nessa sociedade do espetáculo, a mídia é um elemento central para visibilizar o espaço público. Se nós estamos invisíveis na mídia, isso só corrobora a nossa invisibilidade no espaço público geral, a nossa não presença no espaço público.

Então nós percebemos que trabalhar com a mídia, trabalhar com a comunicação era fundamental. Aí a gente busca inspiração também na Conferência de Durban, que incentiva o uso das modernas tecnologias como instrumento estratégico de combate ao racismo. Isso não seria possível há 30 anos, sem a internet não seria possível. Eu não teria capital pra fazer um jornal como a Afropress, porque isso implica impressão, então um jornal em papel, um jornal impresso não daria pra fazer. Um jornal impresso demandaria uma estrutura maior. (Santos, entrevista concedida em 5 de outubro de 2011).

3. 6. 1 O funcionamento da Agência

A principal interface de atuação e visibilidade da Agência é seu site, no endereço www.afropress.com.br, mas a Afropress atua também em outros espaços da inter-

net como as redes sociais Facebook, Orkut, Twitter, e Youtube³⁹, onde são disponibilizados conteúdos online produzidos pela agência e dinamizadas interações, em nível nacional e transnacional, com afrodescendentes e outros grupos étnicos. O trabalho da Afropress é desenvolvido a partir de uma pequena estrutura material, pois a redação da Agência funciona em uma sala da casa do editor-chefe Dojival Vieira dos Santos, onde há uma pequena biblioteca com títulos sobre variados temas, duas mesas de escritório, um computador de mesa, um notebook, uma impressora, um modem de internet banda larga e um roteador wireless.

O material veiculado pela Afropress é produzido através de uma rede de cerca de 20 colaboradores situados em diferentes regiões do Brasil e em outros países⁴⁰, integrada por profissionais com formação acadêmica (como historiadores, jornalistas, sociólogos, etc.), e sem formação acadêmica, assim como por pessoas com e sem vinculação com os movimentos sociais negros.

Desde o início da fundação da Afropress, o coordenador Dojival Vieira dos Santos e seus colaboradores trabalharam para assegurar o funcionamento da Agência sem receber remuneração e mantém o site sem qualquer apoio financeiro por parte do governo ou de outras instituições⁴¹. Em função de dificuldades financeiras, para dar continuidade ao projeto é que a instituição modificou sua razão social de ONG para pequena empresa em 2012, na perspectiva de possibilitar a captação de recursos para a entidade.

A observação dos processos de produção na sede na Afropress e as entrevistas com o coordenador da agência possibilitaram perceber que o trabalho da Agência é desenvolvido a partir da articulação em rede entre diferentes profissionais e instituições. Essa rede possibilita a troca de informações, cooperação técnica e o desenvolvimento de projetos em parceria. Dojival Vieira dos Santos, como editor-chefe da Afropress, representa o nó principal dessa rede, estabelecendo conexões e hierarquias com os demais atores participantes.

A rede construída por Dojival foi estabelecida essencialmente através dos capitais simbólico e social⁴² acumulados pelo jornalista ao longo de sua trajetória política e de vida, que resulta também do próprio trabalho desenvolvido desde a fundação da Afropress. O trânsito de Dojival por diversos campos sociais como

[39] <https://www.facebook.com/afropress?fref=ts>; www.orkut.com/Main#Community?cmm=pt-BR;
<https://twitter.com/Afropress>; <http://www.youtube.com/user/afropressusa>;
<http://www.youtube.com/watch?v=59bSX0ay9wY>

[40] A Afropress tem dois correspondentes na Alemanha, dois nos Estados Unidos, um na Inglaterra, e um na Venezuela.

[41] Informação dada por Dojival Vieira dos Santos em entrevista realizada em novembro de 2012.

[42] Para mais esclarecimentos sobre capitais simbólico e social ver: Bourdieu, P. (1974). *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.

o da Comunicação, o do Direito, o da Política, como fruto de sua militância nos movimentos sociais negros e em instâncias partidárias e governamentais, tornou possível o estabelecimento de uma rede social bastante diversificada e que tem sido fundamental para o desenvolvimento do trabalho da Afropress e sua inserção em diferentes esferas sociais e institucionais. Nesse processo, o uso da internet potencializou ainda mais a ampliação dessa rede, possibilitando e intensificando conexões não apenas locais, mas nacionais e transnacionais na produção e distribuição de conteúdos, conforme aponta Dojival:

Como é via internet, via rede mundial de computadores, nosso trabalho hoje tem um alcance mundial, nós temos correspondentes em Nova Iorque, em Londres, e nacionalmente a gente é lido no Brasil inteiro por pesquisadores, estudantes, ativistas, curiosos.

Então a primeira ideia da Afropress foi trabalhar a comunicação com uma perspectiva do ativismo político e social não partidário. Significa trabalhar a comunicação não apenas como elemento, como um objeto de estudo acadêmico, mas trabalhar na perspectiva da comunicação como instrumento de empoderamento de todas as pessoas e entidades que lutam pela igualdade no Brasil. Por isso entendemos que o jornalismo, a comunicação é um instrumento fundamental numa sociedade racista, em que os meios de comunicação refletem esse racismo, praticam racismo institucional, por meio da invisibilidade desse tema e dessas questões (Santos, entrevista concedida em 5 de outubro de 2011).

O contato com essa rede é um dos principais passos que dá início ao processo de produção dos conteúdos. O material veiculado pela Afropress é produzido pelos colaboradores que enviam textos para as diversas seções do site da Agência e por Dojival Vieira dos Santos, que revisa e posta todas as matérias na internet. Esse trabalho é realizado a partir da redação da Afropress, espaço localizado na casa de seu editor-chefe, em São Paulo. Uma das salas da residência de Dojival, onde há uma pequena biblioteca com títulos variados, duas mesas de escritório, um computador de mesa, um notebook, uma impressora, um modem de internet banda larga e um roteador wireless, é o local onde são produzidos e de onde é feita a distribuição dos conteúdos da Afropress.

Qualquer pauta é submetida à avaliação do editor-chefe, e, em alguns casos, é editada por ele antes de ser publicada. Nesse sentido, há uma hierarquia clara entre os colaboradores e o editor, que supervisiona todos os conteúdos. Sobre as matérias oriundas da redação da Agência, o processo de produção desses conteúdos não segue uma rotina rígida, sendo adaptado ao

cotidiano de Dojival, que é o jornalista responsável por grande parte dos textos veiculados na seção Notícias.

De acordo com o editor-chefe, na rotina de produção, a primeira ação do dia é a verificação de e-mails e informações junto à sua rede de contatos e em outros meios de comunicação para apuração de pautas afins aos temas de abordagem da Agência. Com as pautas listadas, são buscadas informações e consultadas as fontes, muitas vezes no local onde se desenrola o acontecimento a ser divulgado, e as notícias redigidas e postadas no site. Posteriormente, as matérias são distribuídas para um mailing com o propósito, segundo assinala o próprio Dojival, de difusão de conteúdo para um público amplo, diverso e não restrito aos movimentos sociais negros.

O mailing é bastante diversificado e inclui endereços de e-mail de entidades e ativistas dos movimentos sociais negros e de outros movimentos sociais, como, por exemplo, os de defesa dos Direitos Humanos. Também estão incluídos profissionais dos mais variados meios de comunicação –como o jornal Folha de São Paulo e a Revista Caros Amigos⁴³–, e também aqueles vinculados à comunicação alternativa; a sites diversos; e a mídias de órgãos públicos - como a TV Assembleia, da Assembleia Legislativa de São Paulo. Dojival Viera dos Santos lembra que o site da Agência é visitado com frequência pelas redações de diversos veículos de comunicação para onde os conteúdos produzidos são enviados através do mailing. De acordo com o editor-chefe, o aumento do número de acessos ao site tem sido indicador da presença de visitantes que integram o mailing da Agência.

Nós temos um mailing com cerca de 10 mil endereços de todo Brasil para onde é enviado o material regularmente. Mas também a gente tem um trabalho de chegar às redações. Hoje posso te dizer que a Afropress é lida nas principais redações do Brasil. Ou seja, os colegas jornalistas passaram a ter a Afropress como fonte. Por quê? Porque nós fazemos jornalismo de qualidade. Porque nós fazemos jornalismo procurando sempre ouvir o outro lado, embora tenhamos um lado (Santos, entrevista concedida em 5 de outubro de 2011).

O jornalista relata, ainda, que, dependendo do tema abordado, concomitante ao envio por e-mail, também são realizados contatos telefônicos com profissionais de sua rede de relações. Algumas vezes, são também procurados outros contatos junto aos veículos de comunicação para apresentação dos materiais produzidos e abertura de outros espaços de publicação. Nas palavras do editor-

[43] <http://www.folha.uol.com.br/> ; <http://carosamigos.terra.com.br/>

chefe da Afropress, “há um trabalho de ativismo em conjunto junto com o de jornalismo”, a partir do que ele denomina de “um trabalho de pressão pacífica nas redações.”⁴⁴ Muitas vezes, esse esforço resulta em divulgação das pautas propostas, conforme será relatado a seguir neste artigo a partir do caso de racismo envolvendo um homem negro chamado Januário Alves de Santana, um dos casos mais significativos tratados pela Afropress e que ganhou notoriedade pública.

O que posso te dizer é que nos últimos anos a grande mídia se abriu mais a esse debate e nós temos uma contribuição nesse sentido, nós contribuimos muito. Inclusive porque, muitas matérias que passaram a ocupar espaço nos meios de comunicação, nos principais, e no telejornalismo das principais redes de TV, surgiram conosco. Vou te dar um exemplo: o caso do Carrefour. Esses casos de violência atingindo consumidores negros nas redes de supermercado. São questões que a Afropress tem levantado, porque num primeiro momento a grande mídia ignorava essas questões. O caso do Januário Alves de Santana, no Carrefour, durante uma semana ele procurou diversos veículos de comunicação e não foi ouvido (Santos, entrevista concedida em 5 de outubro de 2011).

Mesmo que a divulgação de uma notícia parta da Afropress, nem sempre a Agência é citada como fonte por outras mídias que publicam a notícia. No entanto, em alguns casos, como o de Januário Alves de Santana, é possível inferir que a divulgação foi uma iniciativa da Agência, uma vez que o acontecimento não havia sido noticiado anteriormente por nenhum outro meio de comunicação. Assim, é possível depreender que a Afropress também pauta a mídia tradicional a partir de envios pelo mailing e do trabalho de ativismo empreendido por seu editor-chefe, Dojival Vieira dos Santos.

3. 7. O caso Januário Alves de Santana

Na trajetória de atuação da Afropress, um dos casos de relevância abordados pela Agência foi o da agressão sofrida pelo técnico em eletrônica e segurança da Universidade de São Paulo (USP), Januário Alves de Santana, no estacionamento do hipermercado Carrefour, na cidade de Osasco, região metropolitana de São Paulo. O episódio, divulgado na seção de notícias, reforçou a prática de denúncia de casos de racismo pela Agência e inaugurou o trabalho de Dojival Vieira dos Santos como advogado em causas de discriminação racial, sugerindo que o ativismo da Afropress não se limita ao jornalismo, mas

[44] Informação dada por Dojival Vieira dos Santos em entrevista realizada em novembro de 2012.

articula o comunicacional com a intervenção em outras instâncias sociais de luta pela igualdade racial.

Januário Alves de Santana se dirigiu com a família ao hipermercado Carrefour no dia 7 de agosto de 2009. Enquanto aguardava a irmã, o cunhado, a esposa e o filho de cinco anos fazerem compras no hipermercado, Januário ficou ao lado do automóvel da família, um Ford EcoSport, cuidando da filha de dois anos que dormia no banco de trás do veículo. O segurança da USP relatou que notou uma movimentação estranha no estacionamento da loja, onde homens circulavam de moto. Ele pensou se tratar de uma tentativa de assalto a alguém, por esse motivo ficou atento ao que acontecia no local. Até que um homem, sem uniforme ou identificação, correu e apontou uma arma em sua direção, o que o levou a tentar se proteger instintivamente, por supor se tratar de um assalto.

O homem armado e Januário entraram no hipermercado lutando, até que outros homens se aproximaram e se identificaram como seguranças do Carrefour. Entretanto, ao invés de socorrer Januário, pisaram sua cabeça, o imobilizaram e o acusaram de tentar roubar uma moto e o próprio carro. Levado para uma sala por seis funcionários, enquanto tentava explicar que se tratava de um mal entendido, Januário foi espancado até a chegada da polícia. Os três policiais enviados não acreditaram na versão sobre o caso relatada por Januário e nem em sua atuação como segurança há oito anos na USP, embora ele estivesse uniformizado.

Assim, após um dos policiais dizer que Januário “tinha cara de ter pelo menos três passagens pela polícia”, outro dos oficiais o testou, questionando sobre qual seria o primeiro procedimento de um segurança. Ainda sob os impactos das agressões físicas sofridas, Januário respondeu: “o primeiro procedimento é proteger a própria vida para poder proteger a vida de terceiros”. Só depois da resposta correta foi conferida a documentação do carro, apesar das inúmeras tentativas de Januário em mostrar os documentos do veículo para provar que era de sua propriedade. Depois da agressão, os policiais e os seguranças do Carrefour perceberam que Januário era inocente e falava a verdade. Então, sem prestar socorro, o largaram no estacionamento do hipermercado.

Por ter sofrido coronhadas com revólver, socos e chutes na cabeça, Januário Santana sangrou muito e sofreu uma grave fratura no maxilar, além de ter perdido alguns dentes. Sem condições de dirigir, chamou parentes para o levarem ao hospital onde precisou ser submetido a uma cirurgia de alta complexidade para reconstrução do maxilar e da arcada dentária. Dois dias depois do ocorrido, Januário procurou o Núcleo de Consciência Negra da USP e foi encaminhado pela entidade à Agência Afropress para divulgação do caso e encaminhamentos judiciais. Ele decidiu entrar com uma ação na justiça e solicitou que o diretor da Afropress, Dojival Vieira dos Santos, fosse seu advogado na causa. Apesar de ser habi-

litado para a função desde 1996, o editor-chefe da Afropress nunca havia advogado antes.

Ele [Januário Alves de Santana] chegou aqui muito machucado ainda, pois veio dois dias depois de ter sofrido as agressões. Eu comecei a ouvir a história e fiquei chocado. Cada detalhe que ele contava eu pensava: não é possível! E fui escrevendo. Aí ao mesmo tempo em que eu ouvia a história eu começava a me envolver. É impossível você não se envolver emocionalmente com aquilo que faz.

(...) Aí são dessas coisas que acontecem na vida da gente, e são marcantes mesmo, porque eu sou advogado desde 96, mas a minha atividade ou era como jornalista, ou era como consultor, eu não tinha na advocacia um exercício efetivo. O caso Januário me chamou às falas (Santos, entrevista concedida em 5 de outubro de 2011).

As agressões e a discriminação racial sofridas por Januário tiveram grande repercussão na imprensa após o trabalho de divulgação da Afropress, na figura de seu editor-chefe. Além de publicar notícias no site contando o fato, Dojival⁴⁵ também distribuiu as informações para outras redações de jornais, revistas, emissoras de rádio e de televisão e buscou em sua rede de relações contatos nesses veículos para fortalecer a visibilidade do fato. Dojival realizou um trabalho de ativismo para iniciar a divulgação do caso em diferentes mídias, incluindo aquelas vinculadas a grandes conglomerados midiáticos. E, após dez dias de trabalho intenso de divulgação na Agência, conseguiu obter a primeira publicação de uma nota falando sobre o ocorrido no jornal O Estado de São Paulo⁴⁶, um veículo de grande circulação nacional. A partir dessa nota, outros veículos procuraram a Afropress para buscar mais esclarecimentos e publicar a notícia com maior aprofundamento.

O caso ganhou notoriedade pública a partir de sua divulgação nos principais meios de comunicação da grande mídia brasileira, assim como na mídia alternativa, na imprensa internacional e em outros sites informativos. A notícia foi publicada em impressos, em telejornais e rádios. Após três meses, a propagação exaustiva do caso pelos meios de comunicação e a entrada do processo na justiça, resultaram em um acordo extrajudicial, que gerou uma indenização, que não teve seu valor divulgado, e um pedido formal de desculpas a Januário por parte da direção do Carrefour. Além da indenização, também foi proposto, no

[45] Sobre a cobertura da imprensa sobre o caso ver <http://www.youtube.com/watch?v=zS99xEB09vU>

[46] <http://www.estadao.com.br/>

acordo extrajudicial, a elaboração de um plano de conscientização e treinamento dos funcionários sobre as questões do combate ao preconceito e discriminação racial ou de quaisquer naturezas.

O episódio colabora para evidenciar as dificuldades do reconhecimento das situações de racismo cotidiano no Brasil e as suas implicações para a instauração de um debate público e de um processo de mobilização individual e coletiva em torno das lutas por igualdade racial no país, conforme aparece expresso no relato do próprio Januário.

Quando saiu no site e depois em toda a mídia o assunto estourou. Aí foi bom porque o povo passou a ver que isso acontece todos os dias. Na verdade o que aconteceu naquele dia é que eles acharam que ia ser só mais um, mas não foi assim. Pudemos mostrar pra sociedade e para as autoridades competentes que isso acontece todos os dias, fica escondido, mas a gente tem que aproveitar, tomar coragem e reagir.

Por que eu reagi? Eu pensei: Poxa, através desse preconceito, que não é a primeira vez que acontece, pois eu já estava até de “saco cheio” de entrar em um lugar e ser discriminado, de sair com o carro e a polícia vir atrás, mas antes eu não relatava, eu achava que era uma coisa normal, porque a gente convive tanto com isso que acha que é normal, só que nesse episódio do mercado, quando eu percebi que eu poderia ter morrido, e a minha menina de dois anos poderia ter morrido também, eu pensei: agora não! A partir de hoje, aconteça o que acontecer, eu vou lutar contra isso. Porque pessoas podem morrer por uma coisa que você poderia lutar contra, e poderia acabar com isso. E se você tem oportunidade de acabar e você não acaba, você deixa outras pessoas correrem risco, e você passa ser uma espécie de culpado, de cúmplice, porque você deixa as coisas acontecerem com outras pessoas. Então a partir daquele dia decidi lutar contra o racismo (Santana, entrevista concedida em 9 de novembro de 2012).

Em fevereiro de 2011, os seis seguranças que participaram da agressão foram indiciados pela Polícia de São Paulo pelo crime de tortura motivada por discriminação racial, previsto pela lei 9455/97 do Código Penal brasileiro. O inquérito policial concluiu que os seguranças cometeram o crime de tortura motivada por discriminação racial e os três policiais que atenderam a ocorrência praticaram o crime de omissão de socorro. Em dezembro do mesmo ano, com base na conclusão do inquérito, o Ministério Público ofereceu denúncia à Justiça de São Paulo, que acatou a decisão e abriu processo pelo crime de

tortura. A decisão é inédita no Brasil e pode se tornar exemplar para outros casos semelhantes.⁴⁷

Do ponto de vista cível esse caso do Januário é emblemático. É um caso emblemático que demonstra que a gente também pode ganhar, que a nossa sina de negros não é só morrer, ou ser executado, ou perder, é também ganhar, pode ser ganhar, tem que ser ganhar. Porque do ponto de vista cível é uma vitória extraordinária, mas não para aí. Do ponto de vista penal, de 2009 até aqui, nós conseguimos fazer com que a autoridade policial que presidiu o inquérito, alterasse a classificação do crime, e aceitasse a classificação como crime de tortura motivada por discriminação racial. Todos foram indiciados com base na lei 9455 de 97, que é a lei da tortura, e isso é inédito no Brasil (Santos, entrevista concedida em 5 de outubro de 2011).

No Brasil, é comum a prática de vigiar pessoas afrodescendentes em estabelecimentos comerciais que frequentemente têm sido consideradas pelos vigilantes e pela polícia como suspeitas de cometer delitos pelo fato de sua aparência não corresponder a padrões étnicos e socioeconômicos relacionado ao branco e europeu. Outros casos de agressão a afrodescendentes em redes de supermercados e outros estabelecimentos já foram noticiados pela Afropress depois do caso de Januário Alves de Santana. A frequência dessa prática também já foi discutida pela Agência e, em função de seu trabalho em rede, o assunto também foi abordado por outros meios de comunicação.

A partir desse caso concreto, é possível verificar que a Afropress procura fazer uso da comunicação como um instrumento estratégico de combate ao racismo e de criação de vínculos entre pessoas, comunidades e sociedade. A Agência se abastece e oferece também sustentação editorial a entidades dos movimentos sociais negros, jornais, revistas etc. Através da articulação em rede, a Afropress se propõe a utilizar a internet como estratégia e ambiente comunicacional de construção e disseminação de informações e promoção do debate público sobre as agendas de luta contra o racismo e pela igualdade racial.

Outro elemento preponderante nesse processo são as ações sócio-comunicacionais geradas como desdobramentos da construção, produção e divulgação midiática de fatos em torno da discriminação e de outras temáticas raciais. Um dos exemplos é a mobilização de pessoas que sofreram discriminação racial para que denunciem e solicitem reparação judicial das situações de discriminação. Com o

[47] O julgamento ainda não tem data prevista para iniciar. Em caso de condenação, a pena prevista é de oito anos de reclusão.

objetivo de dar assistência e orientação psicológica e judicial às pessoas que sofreram discriminação racial, Januário Alves de Santana e Dojival Vieira dos Santos estão organizando a criação de uma entidade para atender as vítimas desse tipo de agressão, considerada crime no Brasil, e buscar a punição dos agressores.

Outro exemplo é o treinamento empreendido aos funcionários da rede de hipermercados Carrefour, onde aconteceu o caso de discriminação seguido de agressão física. Fruto do acordo extrajudicial com Januário, inicialmente o treinamento para debater as questões da diversidade e do respeito às diferenças foi realizado com os funcionários da loja onde aconteceu o problema. No entanto, depois dessa ação, foi criado um projeto específico para tratar desses assuntos com os colaboradores de unidades do Brasil todo. O projeto tornou-se permanente. e a ideia é que se amplie para os funcionários de empresas terceirizadas que trabalham para o hipermercado, mudança que abrangeria os vigilantes das lojas que trabalham nessa modalidade.

3. 8 Considerações finais

A partir da análise proposta nesse artigo, é possível perceber que as redes sociocomunicacionais são constituintes das trajetórias dos movimentos sociais negros no Brasil. O repertório sociocultural africano e afro-brasileiro se mescla com a utilização de diferentes tecnologias da comunicação nos processos de mobilização e ação coletiva dos movimentos negros, abrindo e ampliando os espaços de experimentação comunicacional e de gestão, produção e distribuição de conteúdos com a participação dos próprios afro-brasileiros. A Agência de Notícias Afropress constitui-se uma dessas experiências em que as tensões das (des) centralizações, hierarquias e disputas, características dos processos de empoderamento da comunicação em rede, se associam aos usos das tecnologias da comunicação, especialmente a internet, no enfrentamento, construção, debate e visibilidade pública de uma agenda de luta pela igualdade racial no Brasil.

4. Bibliografia

- ▶ BOURDIEU, P. (1974): *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- ▶ CASTELLS, M. (2003): *A galáxia da internet. Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ▶ CASTELLS, M. (2009): *Comunicación y Poder*. Madrid: Alianza Editorial.
- ▶ COGO, D. & BRIGNOL, L. D. (2011a): 'Redes sociais e os estudos de recepção na internet', em *Matrizes USP*, 4, 75-92.
- ▶ COGO, D. & MACHADO, S. (2011b): 'Redes de negritude: usos das tecnologias e cidadania comunicativa de afro-brasileiros'. Em V. J. MORIGI; I. M. T. GIRARDI;

& C. D. ALMEIDA (coords.): *Comunicação, informação e cidadania: Refletindo práticas e contextos*. Porto Alegre: Editora Sulina.

► COGO, D. & BADET, M. (2013): 'Guia das migrações transnacionais e diversidade cultural para comunicadores: Migrantes no Brasil'. Institut de la Comunicació-UAB/Instituto Humanitas – Unisinos. Acesso em junho 29, 2013, em <http://www.guiamigracoedivcult.com>

► COUCEIRO, S. (2010): 'Estatuto garante representação do negro na mídia'. *Jornal Irohin*. Acesso em junho 20, 2010, em <http://www.irohin.org.br/imp/template.php?edition=23&id=181>

► FERREIRA, R. F. (2004): *Afro-descendente: identidade em construção*. São Paulo: EDUC.

► FREITAS, D. (1984): *Palmares: A guerra dos escravos*. Porto Alegre: Mercado Aberto.

► FUNARI, P. P. A. (1996): 'A "República de Palmares" e a Arqueologia da Serra da Barriga'. *Revista USP*, 28, 6-13.

► Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. (2008). Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008: um Estudo das Categorias de Classificação de Cor ou Raça (PCERP). IBGE. Acesso em janeiro 10, 2012, em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/default_raciais.shtm

► Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). Censo: Síntese de Indicadores Sociais de 2010. IBGE. Acesso em janeiro 10, 2012, em <http://www.ibge.gov.br>

► JACKS, N. (2008): 'Recepción y usos sociales de los medios'. *Revista Anthropos – Jesus Martín Barbero – Comunicación y culturas em América Latina*, 219, 199-202.

► LOPES, N. (2004): *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo: Selo Negro Edições.

► MACHADO, S. P. (2008): 'A cor da cultura: crianças, televisão e negritude na escola', em G. F. SILVA; J. A. SANTOS & L. C. C. CARNEIRO (coords.): *RS NEGRO: cartografias sobre a produção do conhecimento* (304-314). Porto Alegre: EDIPUCRS.

► MARTÍN-BARBERO, J. (2008): *Claves de la investigación en las políticas de la comunicación y la cultura*. Barcelona: Fundación CIDOB/Cátedra UNESCO de Comunicación (InCom-UAB).

► MUNANGA, K. (2004): 'A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil', em *Estudos Avançados*, 18, (50), 51-56.

► OROZCO GÓMEZ, G. (2011): 'La condición comunicacional contemporánea – Desafíos Latinoamericanos de la investigación de las interacciones en la socie-

- dad red', em N. JACKS (coord.): *Análisis de recepción em América Latina – un recuerdo histórico con perspectivas al futuro* (377-405). Quito: CIESPAL.
- PAIM, P. (2006): *Estatuto da Igualdade Racial. Inclusão da Nação Negra (substitutivo)*. Brasília: Senado.
- PAIXÃO, M.; ROSSETO, I.; MONTAVENELE, F.; & CARVANO, L. M. (2010): 'Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2009-2010: Constituição Cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor ou raça'. *Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (Laeser) do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ)*. Acesso em abril 30, 2012, em http://www.laeser.ie.ufrj.br/PT/relatorios%20pdf/Relat%C3%B3rio_2009-2010.pdf
- RAMOS, S. (2002): *Mídia e Racismo*. Rio de Janeiro: Pallas.
- SANTOS, H. (2001): *A busca de um caminho para o Brasil: A trilha do círculo vicioso*. São Paulo: Senac.
- SANTOS, J. R. dos. (1994a): *Movimento negro e crise brasileira*. Brasília: Palmares.
- SANTOS, J. R. dos. & BARBOSA, W. N. (coords.). (1994b): *Atrás do muro da noite: Dinâmica das culturas afro-brasileiras*. Brasília: Ministério da Cultura, Fundação Cultural Palmares.
- SCHERER-WARREN, I. (1998): 'Movimentos em cena... e as teorias por onde andam?'. *Revista Brasileira de Educação*, 9, 16-29. Acesso em junho 29, 2012, em http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde09/rbde09_04_ilse_scherer-warren.pdf
- SEYFERTH, G. (2007): 'Os estudos da imigração no Brasil: Notas sobre uma produção multidisciplinar', em G. Seyferth *et al.* (coords.): *Mundos em movimento. Ensaios sobre migrações* (15-44). Santa Maria: Editora UFSM.
- SILVA, J. (2001): *Vozes de Mulheres Negras na Imprensa Negra Pelotense: A luta por educação através dos escritos do jornal "A Alvorada"*. Pelotas: UFPEL.
- SILVA, P. V. B. & ROSEMBERG, F. (2008): 'Brasil: lugares de negros e brancos na mídia', em T. V. DIJK (coord.): *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Unesco - Editora Contexto.
- SILVEIRA, O. (2003): 'Vinte de Novembro: história e produção do conhecimento', em P. B. G. SILVA & V. R. SILVÉRIO (coords.): *Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: INEP.
- SILVEIRA, O. (2005): *O negro no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IPHAN e Fundação Palmares - Ministério da Cultura.
- SKIDMORE, T. S. (1991): 'Fato e mito: descobrindo um problema racial no Brasil', em *Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas*, 79, 5-16.

